



login

Notícias | Rio Show | Colunistas e Blogs

Favela Livre

A guerra no Rio: estratégias para estabilidade e desenvolvimento

04/01/2011 - 07:00 (Robert Muggah)

Por Robert Muggah*, especial para o blog Favela Livre

De forma direta e sem hesitação: a segurança pública e os traficantes do Rio de Janeiro estão em guerra. Em novembro passado, mais de 45 pessoas foram mortas, entre elas, muitos supostos traficantes. No mesmo período, cerca de 17.500 policiais e 2.600 soldados foram mobilizados para retomar as favelas. Durante muitos dias, o som de armas automáticas ecoou em partes da Zona Norte da cidade, enquanto ônibus foram queimados em retaliação na Zona Sul. A guerra urbana não é novidade para essa cidade maravilhosa, que tem sido tomada por violência aguda periodicamente desde o final dos anos 1980, e mais recentemente, em 2009, depois da queda televisionada de um helicóptero da polícia.

Apesar de chocados com a recente escalada de violência, especialistas acreditam que, desta vez, a situação é diferente. Historicamente, os esforços para vencer a violência do tráfico envolviam intenso jogo político, eram descoordenados e desproporcionais. Em vez de diminuir o poder dos traficantes, essas ações policiais tendiam a radicalizá-los e aumentar seu poder. Agora, a maior parte das autoridades do Rio e seus seis milhões de habitantes estão apoiando fortemente a nova estratégia para lidar de forma abrangente com a violência urbana. A ênfase nos próximos meses será em restaurar a ordem, mas todos concordam que a estabilidade, no longo prazo, depende de uma real transformação social e de desenvolvimento perceptível.

Os impactos da guerra urbana no Rio de Janeiro são devastadores. Apesar de uma taxa de homicídios, em termos gerais, decrescente, mais de duas mil pessoas são mortas todo ano na cidade. A taxa de cerca de 35 mortes para 100 mil habitantes é muitas vezes maior do que a média mundial. Ao menos dois terços da população relatou alguma exposição à violência no ano passado, e pelo menos metade testemunhou violência policial. Além de causar ferimentos e mortes injustificados, a violência desencoraja a ida à escola, leva ao fechamento de lojas, assusta investidores e desvia recursos de melhorias sociais e econômicas. Em nenhum lugar os efeitos da “guerra no Rio” são mais sentidos do que em suas 1.200 favelas.

Apesar de se manifestar de forma diferente de local para local, a violência urbana está se expandindo, devido à urbanização desregulada, desigualdade de renda e negligência pública. Durante os anos 1940, mais de dois terços da população brasileira vivia em área rural. Em menos de cinco décadas, nove de cada dez brasileiros vivem em cidades - a maioria deles em favelas. A área urbana formal das cidades está crescendo a 0,3% ao ano,

mas as favelas se expandem a 2,4%. Não é surpreendente, portanto, que o Rio de Janeiro exiba uma das maiores taxas de desigualdade de renda do mundo. De acordo com as Nações Unidas, as sociedades que apresentam um índice gini de desigualdade de 0,6 ou mais estão sob “grande risco de instabilidade social ou conflito civil”. Em 2009, o Rio de Janeiro teve índice 0,6.

As autoridades públicas brasileiras sempre recorreram à violência e a medidas extra-oficiais para combater o tráfico. Operações eloquentemente nomeadas de “Asfixia” ou “Pressão Máxima” envolviam policiais militares fortemente armados invadindo favelas com a intenção de capturar e matar traficantes, e frequentemente causando enormes danos colaterais aos moradores. Em alguns casos, as favelas foram temporariamente “ocupadas”, até que os traficantes expulsaram a polícia ou a violência se espalhou para áreas próximas. Em vez de estabelecer uma presença permanente e preventiva nas favelas, a polícia a rodeava e continha. Muitas vezes, os próprios policiais ajudavam a sustentar o tráfico de drogas e a circulação de armas sofisticadas.

Por mais de duas décadas, a guerra urbana no Rio de Janeiro parecia só ter piorado. Nos últimos anos, é sabido que a polícia matou mais de 10 mil civis, com a incidência saltando de 355, em 1998, para mais de 1.300 dez anos depois, o maior índice do mundo. A insegurança nas favelas também aumentou: as taxas de homicídio são muitas vezes maiores do que do resto da cidade. A animosidade gerada com a guerra urbana aumentou a distância entre moradores locais e autoridades públicas, levando ao surgimento de novas zonas de violência.

Reconhecendo que a guerra estava sendo perdida, a Polícia Militar do Rio de Janeiro começou a buscar alternativas. Depois de visitar um programa de polícia inovador em Boston, nos EUA, alguns oficiais empreendedores formaram uma “unidade de polícia comunitária,” na Morro do Cantagalo, em 2000. Em vez de atacar traficantes, os cem policiais focaram em proteger os moradores. O programa imediatamente começou a gerar resultados positivos. A Anistia Internacional, antiga crítica das táticas repressivas dos policiais brasileiros, elogiou o projeto piloto pela conquista de uma considerável redução na violência. De fato, os homicídios caíram para zero no primeiro ano do projeto. No entanto, a iniciativa foi interrompida depois que rivalidades políticas e desacordos internos na polícia levaram à transferência de pessoal-chave no programa.

Uma transformação radical na abordagem do país à prevenção de crimes surgiu com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Lançado em 2007, o Pronasci parece ter contribuído para melhoras consideráveis em estabilidade e bem estar social. Como partida, o programa mobilizou bilhões de dólares em prol de uma segurança mais abrangente e de ações de desenvolvimento no nível do estado e do município, uma conquista significativa dada à negligência passada. O Pronasci forçou a polícia a olhar para si, repensar os limites de abordagens repressivas e tratar da corrupção enraizada na própria instituição. O programa inspirou, com sucesso, planos de segurança de largo alcance no Brasil, do Paraná e Espírito Santo a São Paulo e Minas Gerais.

A criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008, também marcou uma grande ruptura com as abordagens anteriores. Entusiasticamente apoiadas pelo governador e pelo prefeito do Rio de Janeiro, as UPPs são, em gerações, o mais importante passo na luta da cidade contra o crime. A estratégia é objetiva. Em primeiro lugar, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) livra as favelas de grupos armados ilegais, incluindo tanto traficantes quanto a milícia - apoiada por políticos. Em seguida, uma recém-formada UPP - educada em direitos humanos e relações comunitárias - é permanentemente instalada no coração da região. A UPP entra na favela para ficar. Até hoje, 13 comunidades foram "pacificadas", incluindo a famosa Cidade de Deus, o Santa Marta e o Babilônia, lar de pelo menos 200 mil pessoas, no total.

A abordagem da UPP tenciona levar o Estado às favelas, em muitos casos, pela primeira vez. Depois de décadas de negligência e marginalização, as favelas pacificadas agora têm uma proporção de um policial para cada 40 habitantes - dez vezes maior do que a média da cidade. Isto representa um grande salto em recursos públicos, nem tudo voltado para a promoção da segurança. A estratégia da UPP se centra na formalização da provisão de serviços e no cultivo de relações de comunicação e confiança com os moradores da comunidade. As unidades estão investindo em tudo, de clínicas de saúde e rede elétrica (legal) a facilidades esportivas e cursos profissionalizantes. A expectativa é de que os jovens associados ao tráfico consigam sair da violência de forma legítima.

Espera-se que a nova abordagem de policiamento crie um ambiente urbano seguro, de forma que o dinamismo social e econômico dessas comunidades possa ser alavancado para efeitos positivos. Apesar dos recentes episódios de violência, há sinais de que a estratégia está funcionando. As taxas de homicídio em comunidades pacificadas caíram vertiginosamente, quando comparadas com dados anteriores à intervenção. Apesar de céticos no início, os moradores das favelas onde as UPPs estão funcionando, em geral, apóiam fortemente a iniciativa. De fato, o valor das propriedades em favelas pacificadas dobrou ou, em alguns casos, triplicou, nos últimos dois anos. Há planos de expandir as atividades para centenas de favelas e aumentar a força da UPP para mais de 62 mil policiais até 2016, ao mesmo tempo reduzindo lentamente a presença do Bope.

Apesar da estratégia do Pronasci e das UPPs, o processo de restauração da segurança pública vai ser um desafio e terá que ser gradual. De um lado, é necessária uma mudança consistente de atitude e comportamento por parte da Justiça e da polícia. Por outro, para que os ganhos sejam consolidados, as ações também devem contar com forte apoio político e popular. Construir uma ponte legítima entre moradores locais e as autoridades públicas leva tempo. As UPPs são um primeiro passo, e suas atividades precisam ser combinadas com uma presença permanente do Estado em diferentes setores. Só então, ações progressivas voltadas para o desenvolvimento - inclusive o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - poderão se sustentar.

*Robert Muggah é professor do Graduate Institute em Genebra e diretor de Pesquisa do Small Arms Survey

Você pode:

- [Ler comentários \(1\)](#)
- [Escrever seu comentário](#)
- [Ir para o Blog](#)

[Topo](#)

[Página inicial](#)

O Globo - © 2011 - Versão clássica